

ORGANIZADORES

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
Leonardo Greco
Humberto Dalla

TEMAS CONTROVERTIDOS NA ARBITRAGEM
À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

VOLUME I

AUTORES

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro	Leonardo Faria Schenk
Leonardo Greco	Marcelo Barbi
Humberto Dalla	Marcelo Mazzola
Daniel de Oliveira Pontes	Paula Menna Barreto Marques
Daniel Vianna Vargas	Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho
Erika Napoleão do Rêgo	Rafael Estrela Nóbrega
Fabio Farias Campista	Rodrigo Cunha Mello Salomão
Francesco Conte	Sofia Temer
Humberto Santarosa de Oliveira	Yuri Maciel Araujo

1ª edição – 2018

© Copyright

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro / Leonardo Greco / Humberto Dalla

Presidente do Conselho Editorial

Nelson Nery Costa

Diagramação

Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T278

Temas controvertidos na arbitragem à luz do código de processo civil de 2015 / Paulo Cezar Pinheiro Carneiro ... [et al.] ; organização Paulo Cezar Pinheiro Carneiro, Leonardo Greco, Humberto Dalla. - 1. ed. - Rio de Janeiro : LMJ Mundo Jurídico, 2018.

330 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-9524-050-6

1135861

1. Processo civil. 2. Arbitragem e sentença. 3. Arbitragem e sentença - Brasil. 4. Processo judicial. I. Carneiro, Paulo Cezar Pinheiro. II. Greco, Leonardo. III. Dalla, Humberto.

18-52589

CDU: 347.918

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
EDITORA GZ

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202

CEP: 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

Sobre os coordenadores e autores.....	VII
Apresentação – Temas controvertidos na arbitragem	
<i>Paulo Cezar Pinheiro Carneiro / Leonardo Faria Schenk</i>	IX
Controle Jurisdicional da Arbitragem	
<i>Leonardo Greco</i>	1
A cooperação como elemento estruturante da interface entre o Poder Judiciário e o Juízo arbitral	
<i>Humberto Dalla Bernardina de Pinho / Marcelo Mazzola</i>	15
O conflito de competência entre os juízos estatal e arbitral: possibilidades e críticas	
<i>Daniel de Oliveira Pontes</i>	33
Cláusula de renúncia à ação anulatória: os limites das disposições de direitos nas convenções de arbitragem	
<i>Daniel Vianna Vargas</i>	51
A impugnação das sentenças parciais e decisões interlocutórias do juízo arbitral perante o poder judiciário – possibilidades e limites	
<i>Érika Napoleão do Rêgo</i>	65
Precedentes judiciais, arbitragem, princípio da autonomia da vontade das partes e a (não) vinculação dos árbitros	
<i>Fabio Farias Campista</i>	97
Administração pública e arbitragem: uma perspectiva do princípio constitucional de eficiência	
<i>Francesco Conte</i>	121
Anulação da sentença arbitral nacional por violação da ordem pública	
<i>Humberto Santarosa de Oliveira</i>	167
Arbitrabilidade cautelar e monopólio estatal da coerção: revisitando a titularidade do ius imperium no Estado Contemporâneo	
<i>Marcelo Barbi</i>	187
Árbitro de emergência	
<i>Paula Menna Barreto Marques</i>	209
O parágrafo 1º do artigo 489 do código de processo civil de 2015 é aplicável ao procedimento arbitral?	
<i>Paulo Cezar Pinheiro Carneiro Filho</i>	225
Análise crítica quanto à não sujeição da sentença arbitral a controle judicial em relação à apreciação de provas	
<i>Rafael Estrela Nóbrega</i>	249

Aspectos polêmicos das cláusulas escalonadas	
<i>Rodrigo Cunha Mello Salomão</i>	267
Precedentes judiciais e arbitragem: reflexões sobre a vinculação do árbitro e o cabimento de ação anulatória	
<i>Sofia Temer</i>	283
A preclusão no processo arbitral	
<i>Yuri Maciel Araujo</i>	299